



Escolhidos em concurso escolar, jovens senadores tomam posse hoje

Escolhidos num concurso nacional de redação, 27 estudantes de escolas públicas do ensino médio tomam posse hoje como jovens senadores. Por três dias, eles sugerirão e votarão projetos de lei em reuniões simuladas de comissões e do Plenário. No final, as propostas serão apresentadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Sendo pertinentes, elas se transformarão em projetos de lei de verdade. Cada estado tem um jovem senador. **2**

Programação

HOJE	
9h	Cerimônia de premiação das redações vitoriosas
10h	Posse dos jovens senadores e eleição da Mesa
11h30	Cerimônia do Dia da Bandeira
14h30	Palestra sobre o Senado, com a Consultoria Legislativa
15h	Formação das comissões
16h	Trabalho nas comissões
AMANHÃ	
10h	Trabalho nas comissões
16h	Visita ao Plenário durante sessão
17h15	Trabalho nas comissões
QUARTA-FEIRA	
10h	Sessão plenária
12h	Lançamento da exposição <i>Jovens Senadores 2012</i>
16h15	Encontro com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante
20h	Encerramento

Fluência em língua estrangeira pode ser dever da escola

Projeto a ser votado amanhã na Comissão de Educação e Cultura segue para a Câmara se for aprovado e não houver recurso para análise no Plenário do Senado

Proposta de Cícero Lucena muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, levando o ensino de línguas estrangeiras para o centro do currículo. Ele acredita que isso abrirá milhares de novos postos de trabalho para estudantes de Letras

e fará provas orais passarem a ser exigidas dos candidatos em concursos para professor. O relator, Flexa Ribeiro, concorda e diz que a situação atual aumenta a procura por cursos particulares que estão fora do alcance da população mais pobre. **3**

Educação e federalismo em debate na 4ª feira 3

Audiência debate proposta de fim do fator previdenciário 3

Relatório da CPI do Cachoeira será lido amanhã e receberá voto em separado 4

Texto preliminar para Orçamento de 2013 deve ser votado amanhã 4



Monreal Comago/Ab

Senadores analisam violência em São Paulo

Os senadores por São Paulo Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Rodrigues avaliaram, na sexta-feira, alternativas contra a onda de violência na capital do estado. Eles defenderam a parceria entre governos federal, estadual e municipal, a integração das polícias e ações preventivas. **4**

Policial em frente a ônibus incendiado em São Paulo: onda de violência iniciada na capital chegou à Região Metropolitana da cidade e a Santa Catarina

Como posso acompanhar os gastos públicos?

Fique sabendo

- 1 Acesse o QR-Code acima ou www.senado.leg.br
- 2 No menu superior, clique em **Orçamento**
- 3 Clique, então, em **Siga Brasil**



Siga Brasil é Senado Transparente

Criado pelo Senado, o **Siga Brasil** é um sistema de informações sobre orçamento público que permite acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados da administração.



Estudantes tomam posse hoje como jovens senadores

Concurso nacional de redação realizado pelo Senado escolheu 27 alunos de escolas públicas, um de cada unidade da Federação, para participar de atividades legislativas simuladas em Brasília

VINTE E SETE alunos do ensino médio de escolas públicas, um de cada unidade da Federação, tomarão posse hoje como jovens senadores.

Escolhidos num concurso nacional de redação, no Programa Senado Jovem Brasileiro, os estudantes atuarão como parlamentares, elaborando projetos de lei que depois poderão ser analisados pelo Senado. Os “mandatos” duram três dias, até depois de amanhã.

Hoje, às 9h, eles participarão da cerimônia de premiação do concurso de redação, em que receberão laptops. Às 10h, tomarão posse.

Amanhã e depois, os jovens senadores trabalharão divididos em comissões. Auxiliados por consultores legislativos do Senado, elaborarão e votarão projetos de lei.

Se aprovados no Plenário simulado, os textos dos jovens senadores passarão a ser sugestões legislativas, que serão analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e poderão virar projetos de lei de verdade.

Além de trabalharem como senadores por três dias, os estudantes terão a oportunidade de conhecer Brasília, com visitas ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal.

Redação

O tema do concurso de redação deste ano foi “Meu município, meu Brasil”.

Layane Rayelly Silva Marinho (Alagoas) foi a vencedora, com a redação *Brasil, uma Mãe Gentil para os Filhos de seus Municípios*. O segundo e o terceiro lugar ficaram, respectivamente, com Bruna Clemente Gontijo (Minas Gerais) e Rodrigo de Brito Sá (Piauí).

Os perfis dos 27 jovens senadores deste ano poderão ser conhecidos em uma exposição no Espaço Senado Galeria que será aberta depois de amanhã.



Moreira Moritz/Agência Senado

Estudantes presentes a sessão simulada do Senado no ano passado

Ideias dos alunos foram aceitas pelo Senado e viraram projetos de lei

No ano passado, dos 21 projetos que os jovens senadores redigiram, 6 já foram aceitos pelo Senado e transformados em propostas legislativas de verdade.

A PEC 26/12 determina que União e estados tenham um valor mínimo obrigatório a investir em segurança pública, tal qual ocorre na saúde e na educação. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os demais projetos estão na Comissão de Educação (CE). O PLS 185/12 obriga estados e prefeituras a contratar apenas professores com formação adequada.

O PLS 211/12 institui o programa de avaliação seriada — provas aplicadas no final de cada ano do ensino médio como alternativa ao

vestibular e ao Enem para entrada nas faculdades federais.

O PLS 183/12 torna obrigatória, nas escolas de ensino médio, a realização de debates sobre a realidade social e política — preferencialmente com políticos eleitos, como prefeitos e vereadores.

O PLS 184/12 obriga o poder público a destinar às escolas verba suficiente para garantir qualidade ao ensino.

Por fim, o PLS 256/12 estabelece que todo colégio público precisa ter biblioteca e laboratório de ciências.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ainda analisa as outras 15 propostas redigidas pelos jovens senadores em 2011. Se forem consideradas pertinentes, também virarão projetos de lei de verdade.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

SENADO JOVEM: Premiação e posse

9h Premiação dos vencedores do 5º Concurso de Redação, no Salão Negro; às 10h, posse dos jovens senadores, no Plenário.

CDH: Fator previdenciário

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove audiência pública para debater, entre outros assuntos, o fim do fator previdenciário.

CONGRESSO: Dia da Bandeira

11h Solenidade de hasteamento do Pavilhão Nacional em homenagem ao Dia da Bandeira; às 18h30, sessão solene para comemorar o centenário de nascimento do ex-senador Augusto do Prado Franco.

PLENÁRIO: Pronunciamentos

16h A sessão de hoje é não deliberativa, destinada a discursos de senadores.

TERÇA

CDH: Violência contra jovens negros

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos debate a violência contra a juventude negra. Devem participar os ministros Alexandre Padilha (Saúde) e José Eduardo Cardozo (Justiça) e as ministras Maria do Rosário (Secretaria de Direitos Humanos) e Luiza Bairros (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial).

CAE: Financiamento de imóveis

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto de fim do teto de financiamento para casa própria, atualmente de R\$ 500 mil. Outro projeto cria regime especial de tributação para o incentivo a fontes alternativas de energia elétrica.

CE: Construção de escola

11h Na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o primeiro item em análise institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica.

CMA: Preços de combustíveis

11h30 Entre os itens na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle está o projeto determinando que os postos de combustíveis informem seus preços no site da Agência Nacional de Petróleo.

QUARTA

CAE/CI: Apagões

14h Audiência pública sobre as condições atuais do sistema elétrico, em razão da ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras. As Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura ouvem o ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

RIO SÃO FRANCISCO: Plano de trabalho

9h A comissão especial sobre o Rio São Francisco se reúne para apresentação do plano de trabalho.

CAS: Informatização da saúde

9h O projeto que trata da informatização dos serviços de saúde está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais. Outro projeto institui o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.

CCT: Doenças raras

9h Com 80 itens na pauta, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática examina projeto que cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas. Também analisa projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em várias regiões.

CE: Debate sobre educação básica

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência pública sobre educação básica dentro do ciclo de debates sobre educação e federalismo.

CCJ: Laudo de saúde domiciliar

10h Projeto na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proíbe a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegura o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde. A comissão examina a indicação do procurador Sérgio Luiz Kukina para o Superior Tribunal de Justiça.

QUINTA

HOMENAGEM: Bibliotecários

18h30 Comemoração dos 50 anos da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Fluência oral em língua estrangeira poderá ser meta da educação básica

Relator do projeto argumenta que situação atual aumenta a procura por cursos particulares que estão fora do alcance dos mais pobres

AMANHÃ A COMISSÃO de Educação e Cultura (CE) deve votar projeto que estabelece a fluência oral como um dos objetivos do ensino de línguas estrangeiras na educação básica (PLS 71/12). Para Cícero Lucena (PSDB-PB), autor da proposta, o investimento no ensino de idiomas na rede pública tem sido alto, mas os resultados, modestos. Caso o texto seja aprovado e não haja recurso para votação em Plenário, segue para a Câmara.

Cícero propõe modificação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para deslocar o ensino de línguas estrangeiras da chamada parte diversificada para o centro do currículo, além de antecipar o início da obrigatoriedade para o 5º ano do ensino fundamental.

Em sua avaliação, a medida abrirá milhares de novos postos de trabalho para estudantes de Letras, e os concursos para admissão de professores de idiomas passarão a incluir provas orais, aumentando a exigência de competência profissional e conduzindo a reformas curriculares na formação de docentes.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator, diz que a oralidade tem sido posta em segundo plano, o que aumenta a procura por cursos particulares que estão fora do alcance da população mais pobre.

Outro projeto na pauta da CE determina que atividades de educação física nas escolas sejam ministradas por profissionais da área. O PLS 103/12, de Ivo Cassol (PP-RO),



Cícero defende o deslocamento da disciplina para o centro do currículo

também tramita em votação final. Atualmente, pela LDB, o professor de educação física deve ter nível superior para dar aula a alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Mas, para



Relator, Flexa Ribeiro apresentou parecer favorável ao projeto de Cícero

alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, é aceito que as aulas sejam dadas pelo professor formado em Pedagogia, mas sem formação específica em Educação Física.

Relator da proposta na comissão, Benedito de Lira (PP-AL) concorda que, para o bem da saúde dos alunos, é necessário um professor devidamente qualificado em Educação Física. O senador acrescenta que os cursos de Pedagogia não abordam o ensino da disciplina com a mesma profundidade de outras.

Pelo projeto, concursos para professores de língua estrangeira em escolas como esta no Paraná passarão a incluir provas orais



Projeto institui padrões mínimos para escola funcionar

Os senadores da Comissão de Educação também poderão votar em decisão terminativa o substitutivo ao projeto que institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica.

A proposta (PLS 525/09), de Cristovam Buarque (PDT-DF), altera a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação (Lei 9.394/96). Para que seja autorizado a funcionar, o estabelecimento deverá obter, junto ao poder público municipal, documento comprovando que observa os padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação.

A relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), apresentou o substitutivo ao projeto. Ela

explica que, no âmbito do programa Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), o ministério já definiu critérios mínimos nacionais de funcionamento das escolas de ensino fundamental. Porém, observa a senadora, levantamentos sobre a situação das escolas ainda revelam a existência de condições extremamente precárias, o que induz à conclusão de que

a recomendação do ministério não estaria sendo observada pelos entes federados responsáveis pela autorização, credenciamento e supervisão dos estabelecimentos de seu sistema de ensino.

Maria do Carmo assinala que o projeto de Cristovam faz constar na LDB as exigências do governo, o que é uma garantia maior.

Congresso homenageia ex-senador por Sergipe Augusto do Prado Franco

O Congresso realiza sessão solene hoje, às 18h30, no Plenário do Senado, pelo centenário de nascimento de Augusto do Prado Franco, que foi governador de Sergipe, deputado federal e senador.

Formado em 1937 pela Faculdade de Medicina da Bahia, com especialização em otorrinolaringologia, Franco também dirigiu a usina de açúcar Central Riachuelo, duas fábricas de tecidos e uma empresa agropecuária. Fundou a Rádio Atalaia, a TV Atalaia e o *Jornal da Cidade* em Aracaju.

Com a instauração, em 1964, do regime militar, que impôs o bipartidarismo no país, o político optou pela Arena, partido pelo qual foi eleito deputado federal em 1966 e senador em 1970.

Foi escolhido governador de Sergipe pelo então presidente Ernesto Geisel em 1978. Na volta do pluripartidarismo, ingressou no PDS, elegendando-se deputado federal em 1982.

Franco nasceu em Laranjeiras (SE), em 4 de setembro de 1912, e morreu em Aracaju, em 16 de dezembro de 2003.

Comissão de Direitos Humanos discute proposta de fim do fator previdenciário

O fator previdenciário é um mecanismo criado para evitar aposentadorias precoces (antes dos 65 anos para os homens ou 60 para as mulheres) no setor privado. Quanto menor for a idade da pessoa ao se aposentar, menor será o benefício recebido.

A proposta de fim desse mecanismo (PLS 296/03) será tema de audiência hoje, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Além disso, devem ser debatidos o aumento real aos aposentados e pensionistas, a desoneração

da folha de pagamento e a decadência do direito à revisão de benefício previdenciário.

Foram convidados representantes das principais forças sindicais do país. O debate foi proposto por Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH e é o autor do PLS 296/03. O projeto, já aprovado no Senado, aguarda votação no Plenário da Câmara. Paim informou que a proposta deve ser analisada pelos deputados nesta semana, entre 21 e 22 de novembro. O senador prevê alterações que obrigarão o projeto a voltar ao Senado.

CE retoma debates sobre educação e federalismo

Na quarta-feira, a CE fará a sexta audiência pública do ciclo de debates *Educação e Federalismo*. O objetivo é analisar se a educação básica, atualmente sob a responsabilidade dos estados e municípios, deve ser transferida para o governo federal.

Para o debate foram convidados o presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Oliveira; a educadora Guiomar Namó de Mello; e o cientista político Fernando Abrucio.

O ciclo de audiências é uma iniciativa dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A reunião terá início às 10h, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

A audiência será transmitida pelos sites da TV Senado (www.senado.leg.br/tv) e do Instituto Legislativo Brasileiro (www.senado.leg.br/sf/senado/ilb). Perguntas podem ser enviadas aos convidados, no dia da reunião, por meio do Alô Senado, pelo telefone 0800 612211, por formulário disponível no site (www.senado.leg.br/alosenado) ou pelas redes sociais (facebook.com/alosenadofederal ou twitter.com/AloSenado).

Violência contra a juventude negra é tema de audiência

A violência contra a juventude negra no Brasil será debatida amanhã em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O encontro começa às 9h, no Plenário 9 da Ala Alexandre Costa.

Entre os convidados, a ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes; a ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros; o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O debate também contará com professores, estudantes, jornalistas, assistentes sociais, sociólogos e representantes de organizações que atuam nas áreas de educação e de direitos humanos.



Ataques na Região Metropolitana, que incluem queima de ônibus, foram supostamente patrocinados por facção criminosa

Senadores por São Paulo lamentam a violência na capital do estado

Suplicy e Rodrigues defendem parceria com o governo federal e ações preventivas, além de coordenação das forças policiais

A ONDA DE violência que atinge a cidade de São Paulo causa enorme preocupação e exige ação eficaz dos órgãos governamentais. A afirmação foi feita por Eduardo Suplicy (PT-SP) sexta-feira. Nas últimas semanas, uma onda de violência — supostamente patrocinada por uma facção criminosa — atingiu São Paulo e Região Metropolitana e também o estado de Santa Catarina, provocando quase 200 mortes.

Para Suplicy, é importante que haja uma colaboração entre o governo de São Paulo, o Ministério da Justiça e demais órgãos de segurança pública. Ele elogiou o fato de esse “entendimento de colaboração” já ter começado.

O senador acrescentou que é essencial o envolvimento da Prefeitura de São Paulo. Ele disse que o prefeito eleito, Fernando Haddad, já sinalizou que vai envolver a guarda metropolitana nas ações. Suplicy disse que podem servir de exemplo medidas implementadas na cidade do Rio de Janeiro, onde a união entre estado, prefeitura e governo federal ajudou a diminuir a criminalidade nas favelas.

Comissão tentará votar relatório preliminar do Orçamento amanhã



Lia de Paulo/Agência Senado

Após tentativas frustradas na semana passada, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) tentará votar, a partir de amanhã, o relatório preliminar do Orçamento para

2013. Depois da votação, será aberto o prazo para os parlamentares apresentarem emendas.

O texto final da proposta orçamentária tem de ser votado pelo Congresso até 22 de dezembro, alertou o presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

O relator-geral, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que vai analisar, junto com o Orçamento, as propostas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (MPU) para reajustar os salários de servidores.

De acordo com Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), o governo estadual já tomou providências para enfrentar a violência. Apesar de admitir que houve demora na reação do poder público, o senador disse acreditar que, com a colaboração do governo federal, o problema será sanado. Ele também lamentou que muitas pessoas estejam deixando de ir para o litoral, com medo da violência, e o fato de muitos militares estarem lavando a farda no quartel, com receio da reação dos bandidos.

— O policial militar tem medo de se expor — declarou o senador.

Inteligência

Para Rodrigues, é preciso investir em serviços de inteligência, com foco na prevenção. Ele disse que as ações ostensivas não são suficientes e pediu ação coordenada das forças policiais.

Suplicy afirmou ainda que é importante a ampliação de programas com ênfase em atividades culturais e esportivas, como opção para a juventude diante do mundo do crime. De acordo com o senador, seria também

uma medida preventiva. Ele cobrou uma maior vigilância nas fronteiras — para evitar a entrada de drogas e armas ilegais — e dentro das penitenciárias, para impedir que presidiários consigam comandar ações de violência pela cidade. O senador ressaltou que é positiva a medida de transferir chefes de grupos criminosos para presídios federais distantes de São Paulo.

Na visão de Suplicy, no entanto, é preciso ir além das medidas urgentes. Ele disse que muitas pessoas com dificuldades socioeconômicas terminam se envolvendo com o mundo do crime. O senador defendeu uma educação pública de qualidade e programas sociais mais amplos e profundos, como forma de proporcionar melhores condições de vida à população. Aproveitou também para defender a instituição da renda básica de cidadania.

— No dia em que tivermos uma renda básica de cidadania, o índice de criminalidade será menor — declarou.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), em viagem internacional, não se pronunciou sobre a violência paulistana.

Agências reguladoras podem ser submetidas a auditoria do TCU



Gerardo Magalhães/Agência Senado

O projeto que prevê auditorias periódicas nas agências reguladoras, para avaliar desempenhos, é um dos 17 itens na pauta de amanhã da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA).

Quando aprovada na CCJ, a proposta (PLS 438/07) recebeu emenda determinando que o resultado das auditorias seja remetido anualmente, até 31 de maio, às duas Casas do Legislativo. Já o relatório de Randolph Rodrigues (PSOL-AP) na CMA propõe que o próprio TCU estipule a periodicidade do controle.

A CMA deve votar ainda o PLS 444/11, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.

Marcada para amanhã leitura do relatório final da CPI do Cachoeira

O relatório final da CPI do Cachoeira, elaborado pelo deputado Odair Cunha (PT-MG), será apresentado amanhã. Os senadores Randolph Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Taques (PDT-MT) e os deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Onix Lorenzoni (DEM-RS), no entanto, já anunciaram que apresentarão voto em separado.

Em seu blog, Odair Cunha adiantou que o texto será “contundente” e informou que pedirá o indiciamento de todos os depoentes que se recusaram a falar na comissão de inquérito.

Os trabalhos da CPI foram prorrogados até 22 de dezembro. Depois de apresentado o relatório, haverá reuniões para leitura, discussão e votação do documento. Pode haver concessão de vista pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, segundo o Regimento Interno do Senado, que permite ainda o voto em separado.

Renan pede sanção do detalhamento de impostos no preço dos produtos

A aprovação pela Câmara do projeto de lei que determina o detalhamento, para o consumidor, da participação dos impostos na composição do preço dos produtos mereceu a comemoração de Renan Calheiros (PMDB-AL), autor da proposta.

Em discurso no Plenário na quarta-feira, o senador disse esperar que a presidente Dilma Rousseff sancione integralmente o texto (PL 1.472/07, na Câmara).

Renan destacou que o projeto é fruto de mobilização popular. Foram 150 mil assinaturas em apoio, colhidas na campanha De Olho no Imposto, liderada pela Associação Comercial de São Paulo.



Moreira Matiz/Agência Senado

Lúcia Vânia critica gestão do governo federal sobre setor ferroviário

Lúcia Vânia (PSDB-GO) denunciou, na quarta-feira, o sucateamento das ferrovias brasileiras, argumentando que o Brasil precisa de uma malha ferroviária capaz de transportar passageiros e escoar produção a baixo custo.

— O que antes era um projeto de integração nacional, com trens de passageiros que ligavam o litoral e o interior do Brasil, acabou virando estradas de ferro sucateadas.

A senadora, que preside a Comissão de Infraestrutura, criticou a gestão do governo federal no setor. Ela lembrou que dois terços da malha ferroviária estão subutilizados.



Moreira Matiz/Agência Senado

Valdir Raupp afirma que reformas política e tributária são prioridades

Após a votação do Orçamento para 2013, o Senado deve se dedicar às reformas política e tributária. Essa é a expectativa de Valdir Raupp (PMDB-RO), que sexta-feira retornou ao Senado após 120 dias de licença para as eleições municipais. Com o retorno de Raupp, deixou a Casa seu suplente, Tomás Correia, também do PMDB.

— Espero que, após aprovarmos o Orçamento da União neste final de ano, possamos retornar, no próximo ano, nos debruçando sobre as reformas que precisamos fazer: a reforma tributária e a reforma política, reformas essas que a sociedade brasileira aguarda há algum tempo — afirmou o senador.



Waldemir Borrero/Agência Senado